



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA  
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG  
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211  
Website: [www.conselhodesaudevarginha.org](http://www.conselhodesaudevarginha.org)



**REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 16/06/2020**

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha/MG, de Nº 374, realizada de forma virtual através da plataforma *Google Meet*, de acordo com a Resolução CMSV Nº 006/2020, no dia 16 de junho de 2020. Primeira chamada as 18h30, e, em segunda e última chamada às 19h08. **Conselheiros presentes (segmentos):** Aline Azevedo de Oliveira (Usuários), Andrea Cristina Silva Maróstica (Gestores), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Junior (Trabalhadores), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luciana Fernandes Ramos (Usuários), Lucimara Chagas Magalhães (Usuários), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Maria Aparecida de Barros Barbosa (Usuários), Maria do Carmo Coelho (Usuários), Mariane Montalvão Pereira (Prestadores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Gestores) e Zelma Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** (Não haverá computação de faltas durante a pandemia). **Registra-se a presença de:** Eliane Augusta, Jurupitan Gama, Lucimara Silva e Luiz Carlos de Faria. Inaugurados os trabalhos, primeiramente, o presidente Claudio Miranda dá as boas-vindas a todos e explica sobre o andamento da reunião online, nesse período de pandemia. Lembra mais uma vez sobre a aprovação das atas via e-mail, e devido a isso não ocorreria mais a leitura das mesmas durante as reuniões, e que as assinaturas serão colhidas quando possível à retomada dos encontros presenciais. Assim faz a proclamação da aprovação da ata, nos termos da Deliberação CMSV Nº 003/2020. Destaca sobre a responsabilidade de todos os conselheiros com a ata, sendo a mesma um dos nossos instrumentos de trabalho, sendo muito importante que todos a leiam. Iniciando a reunião, **foram passados alguns informes:** 1) a CISTT (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), se reuniu essa semana e a conselheira Brígida - que compõe a comissão relata que foram muitos assuntos tratados. Cláudio, que também esteve presente, como convidado, explana brevemente os principais assuntos discutidos. 2) Também foi informado sobre a tramitação de processos regulares junto à Comissão-Executiva do Conselho de Saúde, sendo que foram processados, entre ativos e baixados, 62 processos até o momento e que, em breve, será repassado o feedback do andamento dos processos. 3) Claudio lembra que, como pauta pendente, existe a apresentação e aprovação dos relatórios quadrimestrais de prestações de contas, e que vinha protelando essa pauta, pois desejava que fossem realizadas em reunião presencial, mas, visto o andamento da pandemia, poderá ser colocada como pauta de reunião online. 4) Informa-se ainda que a suplente Aline Azevedo, está substituindo Mara na cadeira da entidade “Anjos de Branco”. Aline se apresenta. Informa que é fisioterapeuta, atende idosos, é representante do Conselho de Fisioterapia aqui em Varginha e agradece o convite da Zelma para ser suplente no Conselho. Claudio inicia os trabalhos abrindo a fala para Dr. Luiz Carlos dar um panorama sobre o enfrentamento ao coronavírus. O secretário então explana sobre a importância das pessoas compreenderem os números da doença, uma vez que percebe que a população banaliza as estatísticas. Uma parcela grande da população não valoriza os números locais, pois frente aos grandes números do país e do mundo, parece que estamos em uma situação confortável. Porém, considerando o tamanho da nossa cidade e nosso suporte de saúde disponível, nossa situação é

preocupante. Dr Luiz Carlos explica que a SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde), está se organizando, o que é tarefa muito difícil em um momento de pandemia, uma vez que não existe uma normatização para todos os municípios seguirem e que, na prática, observamos diferentes situações. O programa “Minas Consciente” tem sido discutido e hoje foi apresentado para o prefeito. Varginha tem buscado alternativas para um ponto de equilíbrio para interpretação desses indicativos dentro dos cenários macro e micro regional. O secretário relata que esteve em visita ao hospital de campanha e a documentação solicitada pela VISA (Vigilância Sanitária Estadual) foi apresentada, como suporte da nefrologia, onde foi pactuado com Nefrossul. Foi solicitado pela equipe que está em treinamento para trabalhar no hospital de campanha, que seja realizado um culto ecumênico, na próxima sexta-feira. Quando for realizada a inauguração, Dr. Luiz Carlos informará através do presidente Claudio. Fala também sobre a ampliação da testagem no município, de acordo com protocolo do estado com testes do ministério da saúde (MS). Foram contatados os CIEVS (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde), devido ao surto no Hospital Bom Pastor, mas que não houve ainda autorização para testar os assintomáticos. Não foi possível liberação para fazer testes em assintomáticos até o momento. Destaca a importância epidemiológica dos testes para esse público para a compreensão da doença e dar mais segurança para a equipe. Atualmente, Varginha tem realizado de forma eficiente o telemonitoramento e monitoramento dos casos de síndrome gripal. Informa que solicitou um estudo de contratação de rede hoteleira para servidores que necessitem se isolar, e possam ficar separados da família, caso apresentem sintomas de COVID-19. Houve a criação do serviço da Saúde do Trabalhador. Varginha tem trabalhado, prevendo medidas baseadas na realidade epidemiológica que poderão ser interpretadas como antipáticas, como manter medidas mais restritivas. Por exemplo, na reunião do comitê de enfrentamento ao coronavírus há muitas pressões e expectativas sobre o processo de flexibilização do funcionamento do comércio, sendo que estão buscando manter as medidas de restrição e abertura tomadas até o momento. Destaca que é preciso manter o discurso de adesão da população às medidas preventivas para que se tenha sucesso no controle da doença. Atualmente a Vigilância Sanitária está trabalhando em um modelo padrão de plano de enfrentamento, para todos os tipos de empresas, com um esqueleto (com questões gerais) e espaços abertos, para que as empresas possam também identificar pontos específicos de suas organizações. Carol, Nara e Luiz Carlos estão trabalhando para fechar esse documento norteador para enfrentamento da COVID, visto que vária empresa não tem as condições de criar esses documentos e coloca em exposição os trabalhadores. Dr. Luiz Carlos vê com bons olhos o Programa “Minas Consciente”. Pessoalmente vê que o Estado demorou em fazer um plano, enquanto os municípios já tinham avançado no processo de reabertura e por isso, quando o programa chegou, algumas coisas já tinham avançado e fica difícil retroceder. O conselheiro Carlos agradece no chat a fala transparente do secretário. Dr. Luiz Carlos complementa que somos representantes de 140 mil pessoas e que, como um secretário recém empossado, está sendo conhecido agora, e que é pouco tempo para apresentar o trabalho. É um período delicado, onde existem poucas oportunidades de avançar em outros setores visto que a pandemia demanda atenção total. A SEMUS trabalha com uma equipe mínima para o volume de serviços ofertado em Varginha, o que torna a tarefa gigantesca. Agradece a cumplicidade da equipe da SEMUS para o trabalho de enfrentamento. Estão vivendo um momento de grande tensão. Aproveita para agradecer a todos os profissionais pelo empenho, e fala da mensagem que o Conselho de Saúde compartilhou em defesa dos profissionais, em suas redes sociais. Lembra que a SEMUS foi o único setor da prefeitura que funcionou após o feriado de Corpus Christi, pois é um momento onde a saúde deve estar presente e a população espera muito dos profissionais, e, por isso, explica que não era possível fechar as Unidades de Saúde completamente no pós-feriado, inclusive pela dificuldade devido à falta de recursos humanos. Prevê que os próximos 30 dias serão tensos pelo avançar da doença e por isso é importante manter união, serenidade e nível técnico para

conseguirmos vencer essa etapa. O presidente Claudio agradece a fala do secretário e aproveita para informar que o Conselho de Saúde foi convidado a ter um espaço de fala quase diário na Rádio Vanguarda, onde são comentados os dados de Varginha e região. Claudio destaca a displicência da população com os cuidados ao COVID, com uso incorreto das máscaras. Dr. Luiz Carlos completa que é uma postura da população do Sul de Minas, que parece não compreender o impacto desses números para nossas cidades. Lembra também que as discussões sobre a COVID-19 foram levadas para outros caminhos que não da saúde e o comportamento de algumas autoridades jogam por terra todo o trabalho dos profissionais em trazer informação para o cuidado. Com isso, as pessoas afrouxaram as medidas de contingenciamento e de proteção pessoal. Dando continuidade na pauta, Andréa - coordenadora da Atenção Primária, explica sobre a nova proposta do Ministério da Saúde, pela Portaria 1445/2020, para a instituição de Centros de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19, a fim de tentar evitar cruzamento de fluxos e permitir que volte atendimentos para casos crônicos. A SEMUS está fazendo um levantamento da possibilidade de implantar uma unidade desses centros. Andréa lembra que Varginha já organizou seu fluxo por quadrante para que unidades maiores sejam exclusivas para o atendimento ao COVID e a organização de outras unidades para evitar cruzamento de públicos de risco. Atualmente tem se buscado um modelo para dar continuidade no atendimento de paciente com doenças crônicas, como a Diabetes Mellitus (DM) e a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Busca-se também criar um novo local para sintomáticos respiratórios e a intenção é descentralizar a testagem para a COVID-19. O projeto dos centros está atrelado a financiamento e não é viável transformar uma unidade de saúde da família num centro de atendimento e testagem, pois para isso deverá descredenciar a unidade de saúde da família para cadastrar um centro, pois não é possível a mesma equipe atuar nas duas frentes. Devido ao financiamento desses centros, será possível contratar novos profissionais e com isso retomar as ações de atendimento nas equipes de PSF (Programa Saúde da Família). Andréa conta que participou de uma formação online que explicou o programa. Atualmente busca-se fortalecer a Atenção Primária e criar mecanismos para ela desenvolver o seu papel. A SEMUS tem enfrentado o COVID-19 e por isso algumas coisas precisaram ser reorganizadas e deixadas um pouco em espera, como o atendimento dos pacientes crônicos. As demandas espontâneas têm sido atendidas dentro das possibilidades, mas é nítida a sobrecarga das equipes. Andréa lembra que é importante analisar com cautela as propostas dos centros, e que sejam colocadas em unidades que não comprometam a população, além de se pensar sobre o transporte para ter acesso a essas unidades. Claudio lembra sobre as dificuldades do transporte sanitário e destaca sobre uma demanda popular encaminhada para a SOSUB (Secretaria de Obras e Serviços Urbanos), vindas do Conselho Gestor Local de Saúde da UBS (Unidade Básica de Saúde) do bairro Novo Tempo, considerando o transporte sanitário, de forma que, a linha de ônibus que atende a região, fossem organizadas para permitir acesso a unidade de saúde do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), que dá suporte àquela região. A resposta da secretaria foi inflexível, por isso, o caso foi encaminhado para o Ministério Público. Claudio questiona a Andrea se existe um prazo para implantar os centros e Andrea explica que o Ministério da Saúde deixou aberta a proposta, sendo que os municípios que já tinham estruturado esse tipo de serviço e apresentaram comprovação, vão receber entre maio e setembro. A SEMUS tem buscado organizar documento para obter esse recurso. Andrea explica também que o portal do E-gestor já mostra qual categoria o município está e no caso de Varginha é o nível 2, onde é obrigatório requisitos de carga horária de profissionais, sendo, 80h de médico; 80h de enfermeiro e 120h de técnico de enfermagem, e, se não conseguir completar essa carga horária, será financiado apenas para o que se conseguiu. Claudio questiona também como está o fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e o atendimento de pacientes assintomáticos. Andréa responde que nos atendimentos, inicialmente avaliam a queixa do paciente ao entrar na unidade para direcionar o atendimento; sobre os EPIs os estoques estão

normalizados, buscando atender todas as demandas. Vinício comenta sobre o projeto dos centros de atendimento e triagem de COVID, destacando que Varginha, por ser município do tipo 2, se enquadra entre aqueles com população entre 70 a 300 mil pessoas; lembra ainda que é um programa extraordinário, previsto para funcionar até setembro; fala da grande dificuldade de contratação de médicos pelo município e levanta o questionamento se não seria melhor investir na ampliação do número de equipes de Saúde da Família, considerando a baixa cobertura do município. Acredita que seria mais interessante seguir o plano municipal, pensando no cuidado crônico, pois as doenças cardiovasculares continuam sendo a maior taxa de mortalidade entre brasileiros e aqui no município não é diferente. Questiona também a lógica do programa em separar entre sintomáticos e não sintomáticos, que é de difícil manejo. A proposta de financiamento do Ministério da Saúde contempla a implantação de duas equipes de Saúde da Família. Vinício também explica que a letalidade por COVID-19 em Varginha é de 5%, mas a taxa real é de 1%, sendo importante lembrar que existe uma subnotificação. E que, como temos a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e o hospital de campanha, com linha de ônibus já disponíveis, a garantia de acesso seria mais facilitada. Que o Ministério da Saúde coloca uma lógica focal e não longitudinal. Andrea lembra que a proposta está sendo analisada para verificação das possibilidades e que é real a dificuldade em contratar médicos, sendo que foi complicado preencher as 5 vagas de médicos de família do último edital. Mas que tenta resgatar os crônicos que ficariam sem assistência. Que a população tem cobrado a volta do serviço, principalmente diante da flexibilização. Andréa acredita que foi um acerto a SEMUS ter se adiantado e dividir o fluxo, como está atualmente, de acordo com as propostas ministeriais. Ela relata ainda que questionou ao Ministério da Saúde a possibilidade de uso das escolas para a implantação dos centros, mas que a proposta seria usar de unidades de saúde subutilizadas, o que não existe aqui no município. Por fim agradece a oportunidade de compartilhar com o Conselho de Saúde essa proposta que é parceira da Gestão. O conselheiro Carlos destaca sobre o esforço da SEMUS em buscar estratégias para enfrentar a pandemia; como é sabido, 80% dos casos são assintomáticos e os nossos números estão subnotificados. Atualmente não conseguimos prestar o mesmo trabalho nas unidades básicas, mas acredita que isso trará valorização para o acompanhamento dos PSFs aos pacientes crônicos. Carlos sugere o uso de estrutura e recursos humanos da Atenção Secundária, devido a boa localização e espaço físico, com muitas salas da Policlínica Central, considerando que as unidades de Atenção Básica já estão com carga grande de trabalho. Andreia agradece a sugestão. Claudio coloca o medo dos profissionais que estão na ponta, realizando atendimento pela contaminação com o COVID-19, associado ao fato de que a pressão da população não para. Isso tudo somado a pressão externa. Elogia a resiliência da equipe gestora pela pressão sofrida por todos os lados. Considerando que era uma explanação, não houve deliberação sobre a matéria. Seguindo o ponto de pauta, foi discutido o pleito da Associação Mente Saudável. A ONG apresentou em novembro de 2019 um projeto para a área de Saúde Mental, que teve dificuldade de resposta por parte da SEMUS, com isso, a matéria foi objeto de questionamento. Após, o projeto veio para o Conselho de Saúde para dar um parecer sobre a proposta. Anderson - coordenador da Saúde Mental, solicitou revisão de valores do custo do projeto, o que foi feito pela associação. Nesse sentido, Anderson deu parecer positivo, afirmando que existe a viabilidade de executar o projeto da Associação Mente Saudável, mesmo com a pandemia, pois existe um saldo de recursos disponível. O Conselho de Saúde deve avaliar, inicialmente, e depois a Controladoria Geral do Município irá avaliar o projeto, uma vez que envolve uso de recursos públicos. A Comissão-Executiva, do ponto de vista formal e financeiro, não vê objeção à proposta, porém foi pedido para a conselheira Valdene - que é trabalhadora da Saúde Mental, para dar um parecer técnico sobre o projeto. Claudio abre fala para a conselheira ler seu parecer. Valdene, então, agradece e elogia a equipe de Saúde e da Gestão por não abandonarem a Luta Antimanicomial; fala sobre sua experiência na área da Saúde Mental, o que a

permite ter capacidade técnica para emitir esse parecer. Destaca a relevância da associação, especialmente em nome de seus membros fundadores, Maria do Carmo Coelho e o Gésio Rafael da Fonseca. Existe um pedido de sede própria, o que é bem visto e deve ser aprovado pela SEMUS, porém sugere que a redação do projeto seja revista, para que esteja de acordo a proposta da Associação e resguarde seu futuro. Valdene conclui que não é possível aprovar o texto hoje e pede que seja revisto tecnicamente sobre os paradigmas propostos; além disso, mistura-se algumas funções do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) com a AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde). Valdene parabeniza o belo trabalho da associação e se coloca a disposição para auxiliar na revisão. Sugere ao Conselho de Saúde a revisão do texto para resguardar a política pública de Saúde Mental, com a revisão dos termos usados na redação do projeto. A presidente da “Associação Mente Saudável”, Maria do Carmo, agradece o apoio do Conselho de Saúde com grande desejo na execução desse projeto. Claudio pede então que Valdene faça um parecer detalhado com os pontos que exigem alteração, para que se justifique a aprovação com ressalvas. O plenário do Conselho Municipal de Saúde, então aprova o projeto da “Associação Mente Saudável”, com as ressalvas a serem expedidas por Valdene, que será homologada pela Comissão-Executiva. Valdene agradece o trabalho da associação e cita exemplos concretos do suporte da associação para o CAPS e para a Saúde Mental do município. Deixa registrado que os usuários ainda precisam do suporte da Saúde Mental, pois, sem o qual não existe saúde. Claudio complementa que não existe saúde sem o usuário e não é possível existir um trabalho sem participação de todos. A Conselheira Helen questiona por que o município não aderiu ao programa “Minas Consciente”. O presidente Claudio esclarece que o Conselho de Saúde é a favor do programa ou de pelo menos, de se adotar medidas mais restritivas; porém como ele veio tarde (como lembrou o Dr. Luiz Carlos), fica difícil retroagir nas medidas. Sendo muito importante ter mais cautela nas medidas de flexibilização, já que a ocupação de leitos não deve ser observada apenas a cidade, mas sim a região. No caso dos leitos de COVID a ocupação está em 50%, mas quando se analisa os leitos gerais, a taxa está quase 90% em Varginha. Não se pode esquecer que a Região Macrossul tem uma demanda muito grande por leitos. Dr. Luiz Carlos lembra que, pelo esforço da SEMUS, foi possível segurar um pouco mais a flexibilização das atividades, já são 4 semanas sem ampliação de atividades. Destaca que, pelo contingenciamento, existe uma repressão de demanda das cirurgias eletivas, por limitações de vários fatores, inclusive o fornecimento de hemoderivados. A Policlínica Central está estudando a retirada dos serviços do “Cata-Vento” e do “Envelhecer”, que são grupos de risco, temporariamente para outra estrutura física. A agenda da policlínica tem sido bem planejada pela enfermeira Gleice, para evitar o cruzamento de pacientes. Mas foi preciso reduzir o número de consultas, já que a sala de espera era muito lotada, e que tem se priorizado os casos mais graves apontados pelos serviços. Vinício fala do bom trabalho e esforço da SEMUS para o combate ao COVID. Dá exemplo sobre a questão de ampliar o horário do comércio, que foi discutido no comitê de enfrentamento ao COVID; diz que foi um trabalho árduo da SEMUS em mostrar, com dados técnicos, a necessidade de ser cauteloso. A respeito do “Minas Consciente”, lembra que ele leva em conta também os aspectos econômicos e por isso é a favor de ter a cautela que o programa pede. Lembrar que não tem só a pandemia, que convivemos com as outras causas de morte; é preciso retomar os atendimentos aos pacientes crônicos. Lembra que o não acompanhamento desses pacientes também irão ocupar os leitos. Claudio complementa sobre o fato da flexibilização das atividades passar uma mensagem para a população sobre a normalidade da situação, e com isso, as pessoas passam a relaxar nas medidas preventivas. A conselheira Valdene, faz um comentário lembrando dos que tem sofrimento psíquico grave e que o único CAPS que manteve os atendimentos com intensidade foi o CAPS II. Antes, atendia 40 pacientes e hoje, atende de 15 a 20 pacientes. O CAPS acolhe pacientes de toda a cidade. Valdene lembra que os planos de cuidado precisam considerar os usuários com sofrimento mental, pois os psicóticos não estão preocupados com COVID, e grande

parte desses pacientes, estão em situação de rua, e, por isso, não há como garantir que esses pacientes não sejam portadores assintomáticos, já que não tomam as medidas preventivas. Além das falas registra-se ainda a participação de conselheiros e da população, utilizando-se o chat do aplicativo Google Meet:

**Vinício** - material do Conasems sobre a proposta <[https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/06/2020\\_04\\_16\\_Olga\\_CENTROS\\_DE\\_TRIAGEM-3.pdf](https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/06/2020_04_16_Olga_CENTROS_DE_TRIAGEM-3.pdf)>; **Helen** - sobre o “Minas Consciente”: “retomando a economia do jeito certo, não foi possível incluir o município de Varginha no rol?”. **Lucimara Silva**: “O que se observa na Rede Municipal?”; **Vinício**: “Dr. Luis Carlos está correto, vejo no “Minas Consciente” um caminho ponderado, sobretudo quando registramos hoje o recorde de casos notificados em um dia”; **Lucimara Silva** – “Observa-se o quanto a AMS ajuda e auxilia-nos a todo momento, equipe e usuários”. **Helen** – “Parabéns a Sra. Maria do Carmo pelo exemplo.”. **Lucimara Silva**: “com toda razão Valdene!”; **Carlos**. – “Parabéns pelo engajamento e ativismo Maria do Carmo e os demais responsáveis” **Lucimara Silva** - “Verdade. Sempre a visão holística”. **Helen** – “na verdade eu tenho acompanhado o ‘Minas Consciente’.” **Vinício** – “Concordo com você e Carlos. Precisamos como dito, retomar com racionalidade o acompanhamento de crônicos”. **Lucimara Silva** – “Sinceramente, o que acontece? É preciso rever tudo isso, pois, além do risco do contágio, precisamos observar outros diagnósticos; e resolver de forma geral, cuidar de todas as demandas. Que seja essa separação de forma comunicada e absorvida, pelos trabalhadores e pacientes”. Cláudio informa que a sugestão de pauta para julho será a Prestação de Contas, mas o anúncio oficial ocorrerá em breve. A reunião foi encerrada as 21h34. O presidente Cláudio agradece a participação de todos. Eu, Daniele Moreira, na função de secretária, lavrei esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.